

DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL ENTRE 2019 E 2022: EVOLUÇÃO DA MASSA DE RENDIMENTOS E DECOMPOSIÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI COM BASE NA PNAD CONTÍNUA

Income inequality in Brazil between 2019 and 2022: evolution of the sum of income and decomposition of the Gini coefficient based on the continuous PNAD

Cassiano José B. M. Trovão*

Fabício P. Leite†

Juliana Bacelar de Araújo‡

Resumo

A desigualdade de renda no Brasil de 2019 a 2022 apresentou um comportamento errático. De 2019 para 2020, a desigualdade caiu. De 2020 para 2021, subiu. E, de 2021 para 2022, voltou a cair. Para entender esse comportamento e investigar quais foram os fatores que contribuíram para isso, foram explorados os dados da PNAD Contínua por meio de duas abordagens: 1) evolução da massa de rendimentos segundo as distintas fontes de renda e da estratificação decilica das pessoas baseada no rendimento domiciliar efetivo *per capita*; e 2) decomposição do coeficiente de Gini, bem como de sua variação ano a ano, segundo fontes de renda. As estimativas revelam a importância dos programas sociais (Bolsa Família e Auxílio Emergencial) para explicar a desigualdade de renda no país entre 2019 e 2021, e dos rendimentos do trabalho para explicar o que ocorreu em 2022.

Palavras-chave: Desigualdade de Renda; PNAD Contínua; Pandemia, Brasil.

Classificação JEL: D31; E64.

Abstract

Income inequality in Brazil from 2019 to 2022 showed erratic behavior. From 2019 to 2020, inequality dropped. From 2020 to 2021, it rose. And from 2021 to 2022, it dropped again. In order to understand this behavior and investigate which factors contributed to it, data from the PNAD Contínua were explored using two approaches: 1) evolution of the income mass according to the different sources of income and the decile stratification of people based on effective income per capita; and 2) decomposition of the Gini coefficient, as well as its year-to-year variation, according to income sources. The estimates reveal the importance of social programs (Bolsa Família and Auxílio Emergencial) to explain income inequality in the country between 2019 and 2021, and of income from work to explain what happened in 2022.

Keywords: Income Inequality; PNAD Contínua; Pandemic; Brazil.

JEL Code: D31; E64.

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Contato: cassiano.trovao@ufrn.br.

† Universidade Federal da Bahia. Contato: fabricao.leite@ufba.br.

‡ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Contato: juliana.bacelar@ufrn.br.

1. Introdução

A pandemia da Covid-19 atingiu o Brasil em um período em que o país passava por uma lenta recuperação da atividade econômica após uma severa crise econômica, política e social iniciada em 2015. Um vírus de rápida e expressiva capacidade de contágio, para o qual não havia medicamento, muito menos, vacinas, exigiu a promoção de um conjunto de medidas de distanciamento social. A crise, inicialmente sanitária, transformou-se em uma crise econômica e social, na medida em que muitas atividades foram reduzidas ou mesmo paralisadas, provocando a elevação da desocupação e a queda da renda das famílias.

As pressões da sociedade forçaram o governo a adotar medidas para preservar o emprego e mitigar os efeitos negativos que a crise trouxe para a renda. A política de distribuição de renda emergencial, que ficou conhecida como Auxílio Emergencial, dominou a agenda das políticas públicas juntamente com aquelas que se pautaram pelo aumento dos gastos em equipamentos e insumos para o setor de saúde, essenciais para superar os desafios de superlotação dos hospitais, provocados pela síndrome respiratória aguda grave decorrente da contaminação pelo novo coronavírus.

O objetivo do presente artigo é elucidar como esse cenário de crise social se refletiu sobre a desigualdade de renda no país. As estimativas para o rendimento domiciliar *per capita* da PNAD Contínua apontam para um comportamento errático da concentração de renda nesse período, com a alternância entre anos de elevação da desigualdade e anos de redução.

Para isso, o artigo está dividido em quatro partes, para além dessa breve introdução. A primeira faz uma breve revisão de literatura a respeito dos impactos das pandemias sobre a desigualdade de renda no Brasil e no Mundo. A segunda seção preocupa-se com a apresentação do percurso metodológico adotado para o tratamento dos microdados da PNAD Contínua dos anos de 2019 a 2022, na busca do objetivo de se investigar os determinantes da evolução da desigualdade de renda no país nesse período. A terceira seção, por sua vez, apresenta os principais resultados referentes à evolução da massa de renda real efetiva e à decomposição do coeficiente de Gini, bem como de sua variação nesses anos. Por fim, algumas considerações são feitas sobre a evolução recente da desigualdade de renda no país.

2. Revisão de Literatura

A relação entre pandemias e desigualdades ganhou destaque como objeto de estudo, nos últimos anos, por conta da pandemia de Covid-19 e de seus desdobramentos econômicos e sociais. Sayed e Peng (2021) estudaram os efeitos de distintas pandemias sobre a desigualdade de renda entre 1915 e 2017. Os autores encontraram evidências, em acordo com a literatura internacional, de que as grandes crises, incluindo as sanitárias associadas à disseminação em larga escala de doenças provocadas por vírus ou bactérias que levam à morte de milhares de pessoas, tendem a produzir como resultado uma redução da desigualdade de renda. Isso ocorre porque as pandemias tendem a levar à morte um grande número de trabalhadores e de grupos sociais de baixa renda, que se mostram mais vulneráveis a doenças (Furceri et al., 2020; Galletta et al., 2020).

Nos casos da Gripe Espanhola (1918-1920), da Gripe Asiática (1957-1958), Gripe de Hong Kong (1968-1969) e da pandemia de H1N1 (2009-2009), Sayed e Peng (2021) apontam que os dados de países como Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha revelam uma tendência de redução da desigualdade de renda nos anos seguintes ao evento pandêmico. No entanto, reconhecem que os resultados podem ser diferentes devido às características de cada um desses eventos e concluem que o caso da Pandemia da Covid-19 é relativamente diferente. Ainda que se tenha alcançado o fim da emergência sanitária, declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a pandemia persiste fazendo vítimas ainda na primeira metade de 2023.

Tanto para Sayed e Peng (2021), que fizeram um resgate histórico dos efeitos das pandemias sobre a desigualdade de renda, quanto para autores como Ferreira et al. (2021), que mostraram uma redução expressiva do bem estar e do aumento da pobreza em todo o mundo, ou para Stantcheva (2022), que encontra evidências dos desafios impostos pela Covid-19 do ponto de vista das desigualdades em múltiplas dimensões¹, a pandemia do coronavírus impactou negativamente a vida em sociedade em escala global, elevando o nível das desigualdades nas esferas econômica e social, com destaque para as dimensões de saúde e educacionais.

Furceri et al. (2020) e Chen et al. (2021) mostram que os efeitos da pandemia da Covid-19 para a desigualdade de renda são significativos. Os dados revelam que o aumento da concentração de renda é muito mais evidente nos países desenvolvidos. Deaton (2021) e Ferreira (2021) apontam

¹ Algumas das dimensões consideradas pela autora foram: distribuição de renda, de consumo e de poupança, perda de emprego e oportunidades de trabalho remoto, desigualdade entre gênero, arranjos familiares, educacional ou relacionada ao trabalho doméstico. Em todas as regiões, setores e ocupações, a pandemia trouxe fardos e oportunidades muito diferentes.

que, do ponto de vista da desigualdade global, a pandemia da Covid-19 provocou uma diminuição da lacuna entre os países, o que é confirmado pelos trabalhos de Furceri et al. (2020) e Chen et al. (2021), que mostraram efeitos mais severos nos países desenvolvidos quando comparados aos subdesenvolvidos. Mas se deve ter claro que a queda nas diferenças de renda entre os países pode ser observada quando se estima a desigualdade global não ponderada pelo tamanho da população dos países. Já quando se considera o peso populacional, o que se observa é um aumento da desigualdade global (Deaton, 2021).

Como aponta Ferreira (2021), ainda que se considere a possibilidade de uma redução da desigualdade entre países, na realidade o que se tem, de maneira geral, é uma elevação das desigualdades dentro dos países. Para ele, considerando-se as dinâmicas educacional e do mercado de trabalho, as desigualdades tendem a se manifestar no longo prazo. Mais que isso, a depender do ritmo de recuperação diferenciado entre os países, com o fim da pandemia no médio prazo, é possível que mesmo a desigualdade não ponderada pela população entre os países possa aumentar, uma vez que os países mais ricos tenham a capacidade de se recuperar mais rapidamente.

Algumas das mais importantes instituições internacionais também produziram trabalhos mostrando os efeitos dessa crise sanitária global, iniciada no final de 2019, para as desigualdades socioeconômicas. Distintos estudos elaborados por pesquisadores do Fundo Monetário Internacional (FMI) têm apontado que as epidemias do século XXI provocaram um aumento da desigualdade de renda ao dificultar as perspectivas de emprego, especialmente para aqueles com baixos níveis de instrução (Furceri et al., 2020). Isso, segundo Yackovlev et al. (2020), reforça a importância de se promover políticas de gastos sociais para mitigar o impacto distributivo adverso de uma crise como a da pandemia de Covid-19, no contexto da busca por um crescimento econômico inclusivo.

No âmbito do *World Bank Group*, o estudo de Narayan et al. (2022) mostra que a pandemia impactou negativamente com maior intensidade a renda da metade inferior da distribuição de renda em termos globais. Internamente aos países, o que se viu foi que os grupos mais vulneráveis sofreram inicialmente perdas de trabalho e renda mais severas e, no processo de superação da pandemia, sua recuperação tem se dado mais lentamente. Por meio de simulações, Narayan et al. (2022) estimam que o coeficiente de Gini para 29 dos 34 países estudados aumentará, aproximadamente, 1%. Defendem que esses impactos negativos da Covid-19 para a desigualdade de renda podem ser maiores a médio e longo prazos, devido a uma recuperação lenta e desigual dos países em desenvolvimento, onde se verificaram disparidades em termos de perdas de

aprendizado durante o fechamento de escolas, o que tende a impactar a desigualdade de oportunidades e a mobilidade social.

Outro estudo produzido por esse mesmo grupo reforça que, não apenas a desigualdade de renda aumentou, mas também a pobreza. Mahler et al. (2022) apontam para um aumento da pobreza impulsionado por choques econômicos, que quase todos os países experimentaram. Quanto à desigualdade, o aumento do Gini global foi impulsionado por países mais pobres que enfrentaram choques econômicos mais severos, mesmo considerando que a pandemia não tenha atingido, com a mesma intensidade, as áreas rurais (onde residem os mais pobres), e que se tenha levado a cabo, ainda em 2020, extensos programas de proteção social por parte dos países mais ricos.

Em estudo sobre a relação pandemia e desigualdades, a Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho mostrou que os grupos de pessoas tipicamente mais vulneráveis (assalariados de baixos rendimentos, pessoas com nível de escolaridade mais baixo, migrantes, mulheres e pessoas com deficiência) sofreram relativamente mais durante a pandemia, especialmente nos países de fora da União Europeia. Internamente ao bloco, não se pode concluir que a pandemia tenha afetado a desigualdade de renda na UE. Por outro lado, o estudo mostrou que, nos domicílios em que as características dos moradores eram: possuir baixo nível de escolaridade ou viver em um agregado familiar em que pelo menos um membro está desempregado, incapacitado ou inativo, isso significou estar mais sujeito a sofrer efeitos negativos sobre rendimento familiar (EUROFOUND, 2023).

No Brasil, alguns trabalhos procuraram captar os efeitos da pandemia sobre a desigualdade de renda. Lustig et al. (2020) simularam os impactos da pandemia sobre a concentração de renda e sobre a pobreza, logo no início da pandemia. Em suas projeções, os autores estimaram, como resultado das políticas de isolamento social, um aumento da pobreza monetária e da desigualdade de renda no país. Essas projeções não se verificaram, ao menos inicialmente.

Menezes-Filho et al. (2021) mostraram que os programas de transferência de renda emergenciais implementados no país foram responsáveis pela redução da pobreza e da extrema pobreza. Do ponto de vista da concentração de renda corrente, esses autores estimaram uma redução do coeficiente de Gini de 0,53 para 0,47 (redução de 11,3%), entre 2019 e 2020. Ao decompor esse coeficiente, os autores concluíram que os programas de transferência de renda, com destaque para o Auxílio Emergencial, contribuíram significativamente para essa redução.

Neri (2021), ao estimar o impacto da pandemia sobre os rendimentos do trabalho, observou que essa fonte de renda se concentrou nos anos em que o país lidava com os desafios impostos pela crise do coronavírus. Esses resultados corroboram aqueles estimados por Menezes-Filho et al. (2021), que demonstraram que a parcela da renda referente aos rendimentos do trabalho tornou-se mais desigual.

Com base nas estatísticas experimentais da PNAD Covid, elaborada pelo IBGE para os meses de maio a novembro de 2020, Trovão e Leite (2020) já haviam mostrado que a implementação do Auxílio Emergencial seria responsável pela redução da concentração de renda corrente no Brasil em 2020. Os dados apontaram para uma redução do coeficiente de Gini entre maio e agosto. Já entre agosto e setembro, a concentração de renda manteve-se estável. E, após esse período, a desigualdade voltou a subir em decorrência de o auxílio emergencial ter tido seu valor reduzido pela metade pelo governo. Ao decompor o coeficiente de Gini, evidenciaram que a queda da desigualdade de renda observada no país deveu-se à manutenção da proteção social permanente, especialmente do Programa Bolsa Família, e à implementação de uma proteção social emergencial (destinada aos informais e mais vulneráveis) que contribuíram para mitigar as mazelas provocadas pela crise do coronavírus no âmbito do mercado de trabalho.

Hoffmann e Jesus (2022), por meio de uma análise que decompõe a renda domiciliar *per capita* em 11 parcelas, também destacam a importância do Auxílio Emergencial para a redução da desigualdade de 2019 para 2020, apontando para possíveis efeitos negativos da redução desse auxílio, mesmo antes da divulgação dos microdados anuais para 2021.

Agora, com a recente divulgação, pelo IBGE, das mais recentes pesquisas domiciliares no Brasil, a saber, as PNADs Contínuas de 2019 a 2022, pode-se ter uma ideia mais clara sobre o comportamento da desigualdade de renda corrente no país ao longo de um período em que se verificou um baixíssimo desempenho econômico associado aos desdobramentos deletérios da pandemia do coronavírus.

3. Metodologia e base de dados

Todos os dados utilizados neste artigo são provenientes dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, em sua versão anual, que incorpora os rendimentos de outras fontes, permitindo a análise da desigualdade para o rendimento de todas as fontes, e não somente para o rendimento de todos os trabalhos, como seria o caso se fossem utilizados os microdados trimestrais. Considerando que, no período 2019-2022, os microdados

acumulados para a primeira visita não foram disponibilizados, pelo IBGE, para 2020 e 2021, a análise aqui apresentada foi feita com os dados acumulados para as quintas visitas para todos os anos.

Tendo em vista que alguns resultados adiante apresentam comparações entre diferentes anos e ainda que encontramos resultados muito próximos aos obtidos a partir do deflacionamento pelos preços médios de cada ano, mantivemos a consistência ao longo de todo o artigo utilizando o deflator fornecido pela variável CO2e², deflacionando, portanto, as variáveis de rendimentos efetivos expostas no Quadro 1 a preços médios do último ano (2022).

Quadro 1 – Variáveis de rendimentos utilizadas e suas descrições

Variável	Descrição
VD4020	Rendimento mensal efetivo de todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade (apenas para pessoas que receberam em dinheiro, produtos ou mercadorias em qualquer trabalho).
V5001A2	Rendimento mensal efetivo de Benefício Assistencial de Prestação Continuada – BPC-LOAS.
V5002A2	Rendimento mensal efetivo de Programa Bolsa Família (PBF).
V5003A2	Rendimento mensal efetivo de outros programas sociais (OPS) do governo.
V5004A2	Rendimento mensal efetivo de aposentadoria ou pensão de instituto de previdência federal (INSS), estadual, municipal, ou do governo federal, estadual, municipal.
V5005A2	Rendimento mensal efetivo de seguro-desemprego ou seguro-defeso.
V5006A2	Rendimento mensal efetivo de pensão alimentícia, doação ou mesada em dinheiro de pessoa que não morava no domicílio.
V5007A2	Rendimento mensal efetivo de aluguel ou arrendamento.
V5008A2	Rendimento mensal efetivo de outros rendimentos (bolsa de estudos, rendimento de caderneta de poupança, aplicações financeiras, etc.).
VD4022	Rendimento mensal efetivo de todas as fontes (apenas para pessoas que receberam em dinheiro, produtos ou mercadorias em qualquer trabalho ou que receberam rendimentos em dinheiro de outras fontes).

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dicionários de variáveis da PNAD Contínua.

² Em uma série de documentos, são explicitados os procedimentos para deflacionamento dos dados da PNAD Contínua, que se baseiam no Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e devem ser efetuados por Unidade da Federação (IBGE, 2015), levando em conta as defasagens na coleta para os rendimentos efetivos a preços médios do ano (IBGE, 2018). Para a obtenção dos dados de rendimentos efetivos a preços médios do último ano, o IBGE (2022b) recomenda o uso da variável CO2e, disponibilizada nas próprias bases de microdados. Como explicitado na *Documentação de apoio para deflacionamento anual por visita*, os rendimentos efetivos deflacionados em “valores reais, a preços médios do último ano, são obtidos pela multiplicação da variável de interesse pela variável ‘CO2e’” (IBGE, 2022b, p.2).

A última variável da lista, para o rendimento mensal efetivo de todas as fontes, é o resultado da soma das nove variáveis anteriores. Optou-se, aqui, pelo uso do rendimento mensal efetivo de todos os trabalhos (VD4020) em lugar do rendimento habitual de todos os trabalhos (VD4019), considerando também que todos os rendimentos de outras fontes disponibilizados pelo IBGE estão em termos efetivos, não em termos habituais. Não fossem essa escolha e os deflatores utilizados, a metodologia descrita a seguir reproduziria os resultados divulgados pelo IBGE (2023) para o coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita* (RDPC), que utiliza a variável VD4019 (Rendimento habitual de todos os trabalhos) para a conformação dos rendimentos de todas as fontes.

Para a análise do comportamento da desigualdade de renda, bem como para o entendimento dos fatores que contribuíram para o movimento do coeficiente de Gini no período de 2019 a 2022, adotaram-se duas formas de abordagem: a primeira explora o comportamento da massa de rendimentos segundo fontes de renda e distribuição decíclica das pessoas com base na RDPC; e a segunda procura investigar esse comportamento a partir da decomposição do coeficiente de Gini, baseada no trabalho de Lerman e Yitzhaki (1985).

No que se refere à segunda abordagem, adotaram-se os seguintes passos. Inicialmente, as variáveis de rendimento foram agregadas por domicílio utilizando as chaves fornecidas pelo IBGE: UPA – Unidade Primária de Amostragem, V1008 – Número de seleção do domicílio e V1014 – Painel. Nesse processo de agregação, não foram consideradas as informações omissas (*missings* – NA). Antes disso, a base de dados foi filtrada pela variável Condição no Domicílio, com a condição $VD2002 \leq 14$, significando que pensionistas, empregados domésticos e seus parentes foram desconsiderados na composição dos moradores dos domicílios.

Após a agregação dos rendimentos e a reintegração dos indivíduos sem rendimentos declarados aos domicílios, efetuou-se a divisão pelo número de componentes do domicílio (exclusive pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico) com base na variável VD2003. Assim, obtivemos variáveis em termos de rendimentos domiciliares *per capita* para cada um dos rendimentos que compõem o Quadro 1.

Na sequência, estimou-se o *rank* para a RDPC com base nos pesos contidos na variável V1032 e, por conveniência de aplicação, considerando esses pesos, utilizou-se uma variante da equação (3.14) apresentada por Hoffmann, Botassio e Jesus (2019, p. 42). Similarmente, aplicando o mesmo cálculo para cada uma das nove parcelas de rendimento domiciliar *per capita* descritas, mas

preservada a ordenação original para a RDPC de todas as fontes, obtivemos as razões de concentração para cada uma dessas parcelas.

Nesse sentido, seguiu-se a proposta de Hoffmann (2013), que tem o foco específico na decomposição do índice de Gini partindo de Lerman e Yitzhaki (1985) e tem aplicação para o Brasil em 2007 (Hoffmann, 2009), também considerando nove parcelas do rendimento domiciliar *per capita*. As razões de concentração (C_h) ponderadas pelas suas respectivas participações na renda (ψ_h) resultam, por definição, no coeficiente de Gini para a RDPC. Ou seja, o coeficiente de Gini (G) pode ser obtido a partir da média ponderada das nove razões de concentração calculadas.

$$G = \sum_{h=1}^9 \psi_h C_h \quad (1)$$

Ainda seguindo Hoffmann (2013, p. 330-331), como o tratamento dado é exclusivo para parcelas positivas da renda, as medidas de progressividade das parcelas podem ser obtidas pela subtração entre o coeficiente de Gini para a distribuição completa e cada uma das razões de concentração.

$$\Pi_h = G - C_h \quad (2)$$

Uma vez obtidos o coeficiente de Gini e as razões de concentração, pode-se também calcular, conforme Hoffmann (2006; 2019, cap. 9), as contribuições de cada parcela para as mudanças ocorridas no coeficiente de Gini a partir de uma decomposição para dois períodos quaisquer:

$$\Delta G = G_2 - G_1 = \sum_{h=1}^9 (\psi_{2h} C_{2h} - \psi_{1h} C_{1h}) \quad (3)$$

$$\Delta G = \sum_{h=1}^9 (\psi_{2h} \Delta C_h + \Delta \psi_h C_{1h}) \quad (4)$$

Mas, considerando que outra decomposição possível seria igualmente válida, adota-se a média aritmética simples entre as duas estimativas.

$$\Delta G = \sum_{h=1}^9 (\psi_{1h} \Delta C_h + \Delta \psi_h C_{2h}) \quad (5)$$

$$2\Delta G = \sum_{h=1}^9 (\psi_{2h} \Delta C_h + \Delta \psi_h C_{1h}) + \sum_{h=1}^9 (\psi_{1h} \Delta C_h + \Delta \psi_h C_{2h}) \quad (6)$$

O que pode ser escrito como:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^9 \left[\frac{(C_{1h} + C_{2h})}{2} \Delta \psi_h + \frac{(\psi_{1h} + \psi_{2h})}{2} \Delta C_h \right] \quad (7)$$

Definindo-se as médias para participações, razões de concentração e coeficientes de Gini para dois períodos, respectivamente, como $\bar{\psi}_h$, \bar{C}_h e \bar{G} , a equação (7) pode ser reescrita como:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^9 (\bar{C}_h \Delta \psi_h + \bar{\psi}_h \Delta C_h) \quad (8)$$

e, considerando, ainda, que o somatório da variação das participações é, por definição, igual a zero e, portanto,

$$\sum_{h=1}^9 \bar{G} \Delta \psi_h = \bar{G} \sum_{h=1}^9 \Delta \psi_h = 0 \quad (9)$$

a equação (8) pode ser reescrita como:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^9 [(\bar{C}_h - \bar{G}) \Delta \psi_h + \bar{\psi}_h \Delta C_h] \quad (10)$$

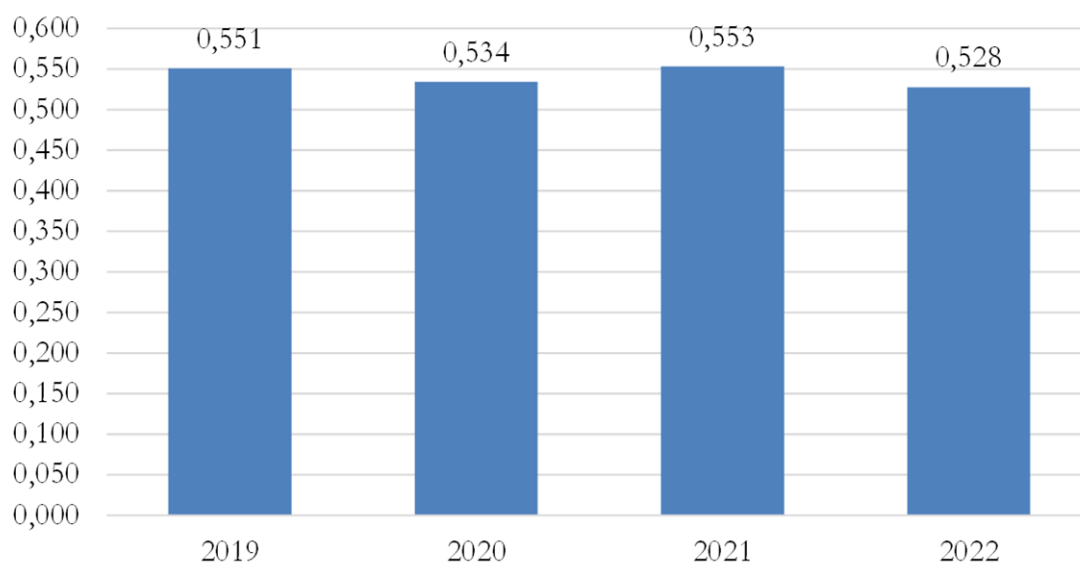
O primeiro termo do somatório, dessa forma, é o que se chama de efeito-composição, enquanto que o segundo termo refere-se ao chamado efeito-concentração (Hoffmann; Botassio; Jesus, 2019, p. 232).

4. Discussão dos resultados

A desigualdade de renda corrente captada pelo coeficiente de Gini, estimado com base nos rendimentos domiciliares *per capita* efetivos da PNAD Contínua, apresentou um comportamento

errático entre 2019 e 2022. Entre 2019 e 2020 (primeiro ano da pandemia), houve uma redução da desigualdade (variação de -3% no índice). Já, entre 2020 e 2021, o coeficiente elevou-se em 3,5%, indicando um aumento da concentração de renda. De 2021 para 2022, o que se observa é uma nova queda do Gini (-4,6%), o que representa uma melhora na distribuição pessoal da renda (ver Gráfico 1).

Gráfico 1 – Coeficiente de Gini para o rendimento efetivo domiciliar *per capita* de todas as fontes, Brasil, 2019-2022



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração própria.

Essa oscilação do coeficiente de Gini reflete uma realidade complexa do ponto de vista sanitário, econômico e social moldada pela crise da Covid-19, que afetou negativamente o mercado de trabalho e a renda das famílias. Essas viram seus membros perderem empregos no contexto da adoção de medidas necessárias de distanciamento social, ao menos até o avanço da vacinação no país. Esse cenário exigiu uma atuação ativa do governo que, por pressão da sociedade, se viu obrigado a elaborar políticas de preservação do emprego e de compensação monetária emergencial para as pessoas em situação de maior vulnerabilidade (trabalhadores informais, beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e desempregados).

A crise da Covid-19 provocou uma queda acentuada da massa de rendimentos (-3,1% em 2020 e -4,3% em 2021). Apenas em 2022 é que se observa um crescimento (+9%) da massa de rendimentos, que permitiu um retorno ao patamar ligeiramente superior ao registrado em 2019 (pré-pandemia). Chama a atenção a expressiva queda da massa de rendimento do trabalho (-6,6%

em 2020), que fez com que essa parcela fosse reduzida em 2,7p.p. entre 2019 e 2020, passando de 75,4% para 72,7% do total da renda (Ver Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução da massa de rendimentos reais mensais, segundo fonte de renda, em R\$ bilhões (a preços médios de 2022), variação anual (%), participação no total (%) e variação da participação (p.p.). Brasil, 2019-2022

Fontes de renda	Bilhões (R\$)				Variação anual (%)		
	2019	2020	2021	2022	2019-2020	2020-2021	2021-2022
Todos os trabalhos	260,9	243,7	242,7	263,1	-6,6	-0,4	8,4
BPC-LOAS	3,3	3,0	3,0	3,5	-10,1	-0,8	19,7
Bolsa Família (BF)	2,1	1,1	1,4	6,1	-46,9	28,2	331,4
Outros programas sociais (OPS)	0,3	15,7	3,9	0,5	5.650,7	-75,0	-87,8
BF + OPS	2,4	16,8	5,4	6,6	614,8	-68,2	23,3
Aposentadorias e pensões	63,8	59,6	57,5	61,7	-6,7	-3,4	7,3
Seguro-desemprego e seguro-defeso	1,7	1,7	1,1	1,3	3,8	-35,1	18,7
Pensão e doação	3,4	2,7	2,7	2,9	-22,5	2,3	7,6
Aluguel ou Arrendamento	7,2	5,2	5,3	6,5	-28,8	2,9	21,8
Outros rendimentos	3,3	2,7	3,3	4,1	-18,3	20,4	24,8
Todas as fontes	346,0	335,3	321,0	349,7	-3,1	-4,3	9,0
Fontes de renda	Participação (%)				Variação da participação (p.p.)		
	2019	2020	2021	2022	2019-2020	2020-2021	2021-2022
Todos os trabalhos	75,4	72,7	75,6	75,2	-2,7	3,0	-0,4
BPC-LOAS	1,0	0,9	0,9	1,0	-0,1	0,0	0,1
Bolsa Família	0,6	0,3	0,4	1,7	-0,3	0,1	1,3
Outros programas sociais	0,1	4,7	1,2	0,1	4,6	-3,5	-1,1
BF + OPS	0,7	5,0	1,7	1,9	4,3	-3,4	0,2
Aposentadorias e pensões	18,4	17,8	17,9	17,6	-0,7	0,2	-0,3
Seguro-desemprego e seguro-defeso	0,5	0,5	0,4	0,4	0,0	-0,2	0,0
Pensão e doação	1,0	0,8	0,9	0,8	-0,2	0,1	-0,0
Aluguel ou Arrendamento	2,1	1,5	1,7	1,8	-0,6	0,1	0,2
Outros rendimentos	1,0	0,8	1,0	1,2	-0,2	0,2	0,1
Todas as fontes	100,0	100,0	100,0	100,0			

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração própria.

A política de Auxílio Emergencial (AE) promovida em 2020 fez com que a massa de rendimentos agregada dos programas sociais (PBF e outros programas, que inclui o AE) aumentasse mais de 600% nesse ano. Esse movimento contribuiu não só para amenizar a perda de renda das pessoas, no auge da primeira onda da Covid-19, como também para reduzir a desigualdade de renda. Isso ocorre porque essa política ampliou os rendimentos da base da estrutura distributiva, tanto por elevar os valores médios dos rendimentos dos beneficiários do PBF, como por garantir rendimentos para aqueles que não recebiam qualquer tipo de renda, como os desocupados, ou para aqueles que perderam sua ocupação, especialmente os informais.

Ocorre que, em 2021, essa mesma política foi abandonada nos três primeiros meses do ano, restando apenas o antigo PBF. Quando, por pressão da sociedade, o governo se vê forçado a retomar o AE, os valores médios do benefício e seu escopo, em número de beneficiários, não foram no montante observado para o ano de 2020. Isso se reflete na queda de mais de 68% na massa de rendimento real oriunda de programas sociais (PBF, AE e outros programas) em 2021.

Esse processo, associado a uma não recuperação do mercado de trabalho, levou a uma piora da distribuição de renda nesse ano, uma vez que aqueles que se encontravam na base da estrutura social viram seu montante de renda ser reduzido expressivamente³.

De 2021 para 2022, dois movimentos contribuíram para a diminuição da concentração de renda no país. Um deles foi o retorno de um programa de distribuição de renda (Auxílio Brasil⁴, em substituição ao antigo PBF) com valores médios mais elevados e com escopo ligeiramente maior que o promovido em 2021, ainda que não na mesma dimensão do observado em 2020; o montante de recursos dos programas sociais (PBF + OPS) ampliou-se 23,3%. O segundo movimento diz respeito à retomada do crescimento da massa de rendimento do trabalho (+8,4%) em um contexto de aumento do nível de emprego, decorrente da flexibilização das medidas de distanciamento social e da retomada de diversas atividades econômicas que foram fortemente abaladas pela crise da Covid-19, com destaque especial para as atividades ligadas aos serviços e ao comércio.

O argumento aqui apresentado é reforçado pela análise do crescimento da massa de rendimento das distintas fontes de renda por estratos da distribuição decílica das pessoas com base nos rendimentos domiciliares *per capita* nesse período (Ver Tabela 2).

A evolução do somatório dos rendimentos das pessoas entre 2019 e 2022 indica a existência de três movimentos distintos que ajudam a entender a evolução errática do coeficiente de Gini: 1) entre 2019 e 2020, observa-se uma queda da desigualdade de renda, proporcionada por um crescimento da massa de renda real nos estratos mais baixos (do 1º ao 4º intervalo decílico) vis-à-vis uma queda na renda dos estratos mais elevados, em um cenário de queda da massa de renda agregada da sociedade como um todo; 2) de 2020 a 2021, a desigualdade de renda aumenta por meio de um movimento em que as pessoas situadas nos estratos inferiores (do 1º ao 6º intervalo decílico) apresentaram perdas relativamente maiores que aquelas posicionadas nos quatro estratos

³ Vale destacar que os movimentos de queda da desigualdade em 2020 e de elevação em 2021 também estão presentes no documento da Síntese de indicadores sociais, do IBGE (2022a), ainda que se tenham utilizados os rendimentos habituais de todos os trabalhos (e não os efetivos) e os dados da primeira visita para o ano de 2019. Em IBGE (2021), foram efetuados exercícios calculando-se o índice de Gini para a RDPC com e sem benefícios de programas sociais (BPC – LOAS e BF + OPS). Os dados apontam trajetórias (a) similares entre 2012 e 2019, com diferenças somente no nível da desigualdade captada, e (b) diferentes quando observado o período entre 2019 e 2020, momento em que se verifica um aumento de 2,3% para o Gini da RDPC sem benefícios e queda de 3,7% com a inclusão dos benefícios.

⁴ Criado pela Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021, o Auxílio Brasil manteve, inicialmente, o valor médio do PBF. Com a Lei 14.342, de 18 de maio de 2022, cria-se um benefício extraordinário estipulando um piso de R\$ 400,00 para os beneficiários do Programa. A partir da promulgação pelo Congresso Nacional, em julho de 2022, da Emenda Constitucional 123, o valor do benefício passou a ser de R\$ 600,00 possibilitado pela aprovação de crédito extraordinário (Lei 14.469, de 16 de novembro de 2022) que garantia recursos para esse fim até dezembro de 2022.

superiores, em um contexto em que todos os estratos apresentaram queda na massa de renda; e 3) entre 2021 e 2022, a desigualdade volta a cair, provocada por um movimento em que todos os estratos apresentam crescimento real da massa de rendimentos, sendo esse mais expressivo para as pessoas posicionadas nos estratos inferiores (1º ao 6º intervalo).

Os dados da Tabela 2 confirmam a relevância do PBF e do AE para a queda da desigualdade entre 2019 e 2020, assim como para o aumento da desigualdade entre 2020 e 2021. Isso se deve a dois fatores: 1) em 2020, essas políticas de distribuição de renda receberam um grande aporte de recursos, que possibilitaram o atendimento emergencial de milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade (AE) e, também, o aumento do valor dos benefícios daqueles que pertenciam ao PBF; 2) em 2021, a política de auxílio emergencial foi interrompida no primeiro trimestre do ano, sendo retomada em volume e extensão (público alvo) reduzidos no segundo trimestre. Quanto ao período 2021-2022, nota-se que todos os estratos obtiveram aumento da massa de renda, com destaque para a recuperação significativamente maior dos rendimentos do trabalho para as pessoas posicionadas na parcela inferior da distribuição. Somado a isso, ainda se viu uma elevação no montante de recursos dos programas de distribuição de renda (PBF e OPS, o que inclui o novo Auxílio Brasil) destinados à população mais pobre, posicionada nos intervalos decílicos mais baixos da distribuição (do 1º ao 5º).

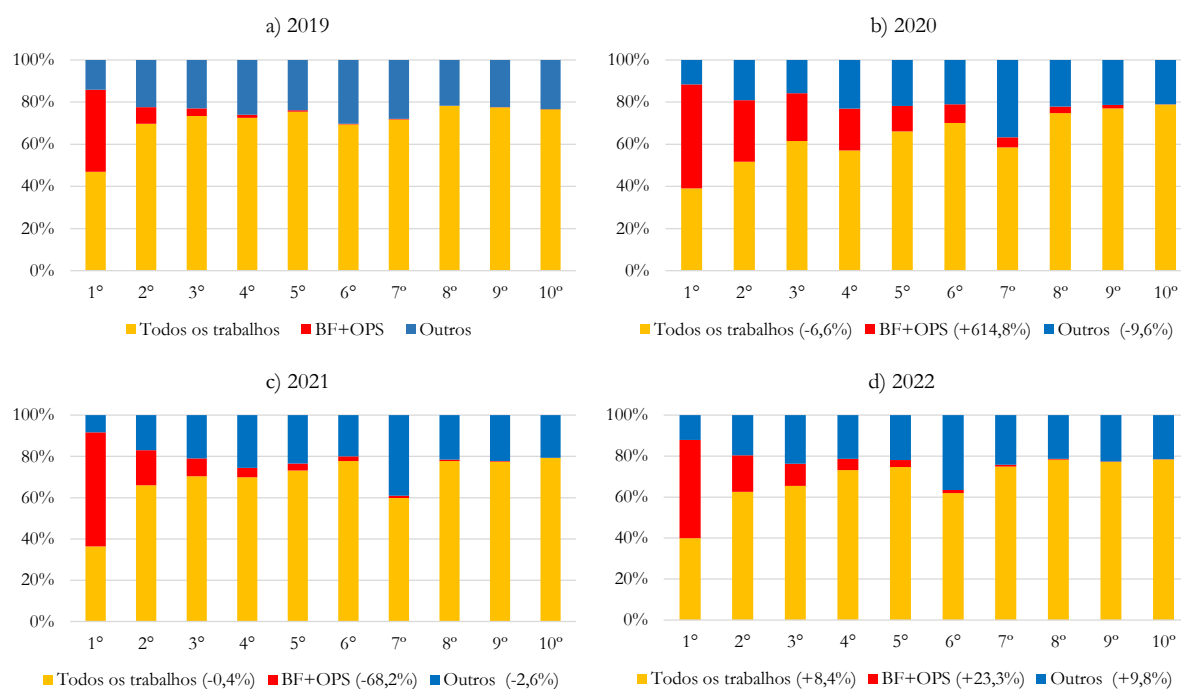
Tabela 2 – Variação (%) da massa real de rendimentos segundo fonte de renda e estratos da distribuição decílica do rendimento domiciliar *per capita*, Brasil, 2019-2022

Fontes de renda	2019 - 2020										Total
	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	
Todos os trabalhos	6	-16	-11	-19	-13	-2	-20	-8	-6	-2	-7
BPC-LOAS	51	-15	-39	-19	-10	-43	58	-1	4	0	-10
Bolsa Família (BF)	-46	-54	-48	-42	-35	-25	-38	-29	-14	24	-47
Outros programas sociais (OPS)	8.974	11.258	8.711	8.710	8.079	7.530	3.050	2.659	4.146	714	5.651
BF + OPS	61	320	570	1.316	1.566	2.699	1.811	1.909	3.180	693	615
Aposentadorias e pensões	33	2	-26	-3	-7	-34	33	3	-8	-12	-7
Seguro-desemprego e seguro-defeso	9	32	-6	-0	3	16	-7	-7	9	40	4
Pensão e doação	-25	-32	-30	-48	-24	-19	-23	-29	-18	-11	-23
Aluguel ou Arrendamento	7	-22	-31	-25	-40	-43	-34	-37	-26	-28	-29
Outros rendimentos	260	236	18	-18	-21	36	-24	-19	-18	-20	-18
Todas as fontes	27	13	6	2	-0	-3	-2	-4	-5	-5	-3
Fontes de renda	2020 - 2021										Total
	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	
Todos os trabalhos	-35	3	-2	10	1	4	-2	0	-2	-1	-0
BPC-LOAS	-68	-32	51	-3	1	-8	0	8	-1	-22	-1
Bolsa Família (BF)	15	49	30	33	38	42	22	0	-9	-33	28
Outros programas sociais (OPS)	-40	-65	-75	-83	-78	-78	-79	-80	-81	-77	-75
BF + OPS	-22	-53	-67	-79	-75	-76	-78	-79	-80	-77	-68
Aposentadorias e pensões	-75	-32	15	3	-0	-10	4	-6	3	-8	-3
Seguro-desemprego e seguro-defeso	-62	-69	-26	-56	-24	-35	-32	-31	-20	-45	-35
Pensão e doação	-19	38	11	20	-10	-13	-11	-7	-5	13	2
Aluguel ou Arrendamento	-46	29	-33	-21	-17	19	-30	4	-12	8	3
Outros rendimentos	-39	-57	-33	16	38	-34	8	-12	57	22	20
Todas as fontes	-31	-19	-14	-10	-9	-6	-4	-4	-2	-2	-4
Fontes de renda	2021 - 2022										Total
	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	
Todos os trabalhos	78	20	12	21	17	-11	37	11	9	3	8
BPC-LOAS	415	86	31	2	15	159	-48	-17	34	44	20
Bolsa Família (BF)	182	280	410	504	549	556	801	1.067	1.071	1.398	331
Outros programas sociais (OPS)	-93	-92	-91	-90	-90	-90	-83	-80	-70	-7	-88
BF + OPS	41	33	51	41	20	-25	-21	-27	-38	12	23
Aposentadorias e pensões	383	48	44	-9	5	114	-35	7	10	5	7
Seguro-desemprego e seguro-defeso	247	136	-7	91	-9	2	17	29	-5	52	19
Pensão e doação	26	-11	9	23	8	7	25	27	24	-10	8
Aluguel ou Arrendamento	120	1	113	35	102	15	104	34	55	11	22
Outros rendimentos	12	-4	13	-49	8	47	-17	11	-32	35	25
Todas as fontes	62	26	21	16	15	12	9	10	10	4	9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração própria.

No Gráfico 2 pode-se constatar, além da importância dos programas sociais para os décimos mais pobres da população, o espriamento do Auxílio Emergencial nos diferentes intervalos decílicos na passagem de 2019 para 2020. Isso, ao mesmo tempo em que reforça o caráter de política social bem focalizada do Bolsa Família, demonstra o expressivo volume de recursos destinados à política de Auxílio Emergencial. A presença visível até o nono décimo da distribuição e, especialmente, a demarcação distinta para 2020 observada entre o segundo e o sétimo décimos, reforça que o AE atingiu um público não usualmente contemplado pelas políticas sociais, o que evidencia a magnitude dos efeitos negativos da crise da Covid-19 no país.

Gráfico 2 – Participações de fontes de rendimentos por estratos da distribuição decilica do rendimento domiciliar *per capita*, Brasil, 2019-2022



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração própria.

Uma outra forma de analisar esse processo é por meio da decomposição do coeficiente de Gini, apresentada na seção metodológica. Os dados da Tabela 3 indicam que os rendimentos do trabalho junto com as aposentadorias e pensões são aqueles com as maiores parcelas de contribuição para explicar o nível do índice. Os rendimentos do trabalho, que explicavam 77,4% do coeficiente em 2019, passaram a ser responsáveis por 79,3% do índice em 2022. Já as aposentadorias e pensões, que explicavam 18,3% do índice em 2019, passaram para 17,2% em 2022. Os dados também indicam que as contribuições dos programas sociais (Benefício de Prestação Continuada – BPC, o PBF e outros programas sociais, que incluem o Auxílio Emergencial) para a determinação do Gini foram negativas. Apesar de a contribuição dos programas sociais para explicar o nível da desigualdade ser pequena, destacaremos, adiante, seu protagonismo na explicação de mudanças da desigualdade no período analisado.

Tabela 3 – Contribuição para o coeficiente de Gini por fontes de renda, Brasil, 2019-2022

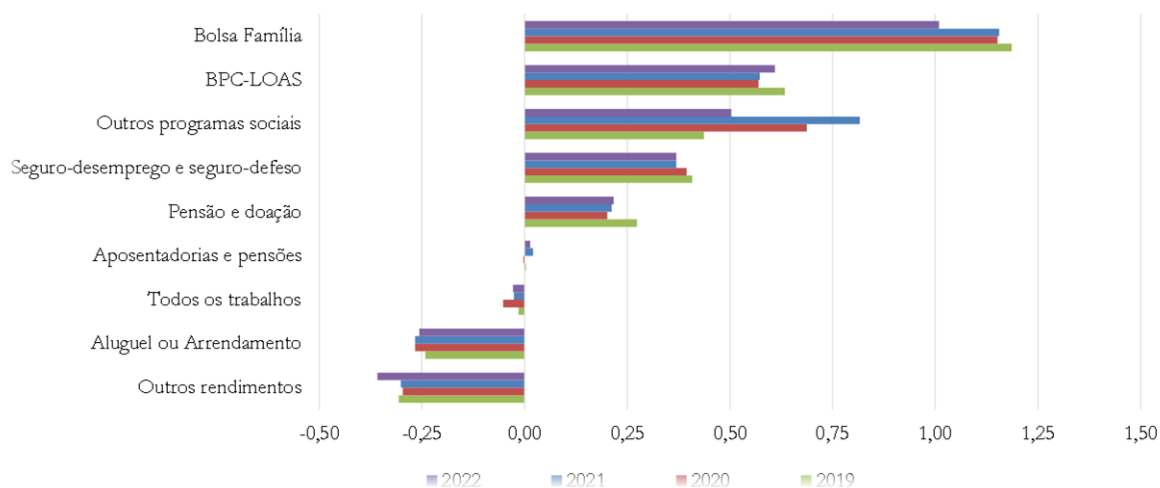
Fontes de renda	2019	2020	2021	2022
Todos os trabalhos	77,4	79,7	79,2	79,3
BPC-LOAS	-0,1	-0,1	0,0	-0,2
Bolsa Família	-0,7	-0,4	-0,5	-1,6
Outros programas sociais	0,0	-1,3	-0,6	0,0
Aposentadorias e pensões	18,3	17,9	17,2	17,2
Seguro-desemprego e seguro-defeso	0,1	0,1	0,1	0,1
Pensão e doação	0,5	0,5	0,5	0,5
Aluguel ou Arrendamento	3,0	2,3	2,4	2,7
Outros rendimentos	1,5	1,3	1,6	2,0
Todas as fontes	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração própria.

Essas constatações são reforçadas pela análise da progressividade de cada parcela para a determinação do Gini. A progressividade é um instrumento que permite informar se alterações nas parcelas provocam mudanças no coeficiente de Gini. Por exemplo, ainda que a contribuição para o Gini seja positiva, basta que a razão de concentração da parcela seja menor que o Gini para que um pequeno aumento proporcional dessa parcela implique queda da desigualdade: esse é o caso das pensões e doações, uma fonte progressiva, que apresentou contribuição positiva para todos os anos.

Os dados estimados para todos os anos estudados indicam que os rendimentos oriundos do PBF são aqueles com a maior progressividade, o que indica que essa parcela tem o maior potencial de contribuição para uma queda na desigualdade frente a pequenos aumentos em sua participação. Na sequência, tem-se como parcelas progressivas para o Gini, os rendimentos do BPC-LOAS, os rendimentos de outros programas sociais, os rendimentos oriundos das políticas de seguro-desemprego e de seguro-defeso e de pensão alimentícia, doação e mesada. As aposentadorias e pensões advindas de institutos oficiais de previdência apresentam-se como parcelas neutras do ponto de vista da progressividade. Enquanto os rendimentos oriundos do trabalho, os aluguéis ou arrendamentos e, principalmente, os outros rendimentos, que incluem rendimentos de aplicações financeiras, cadernetas de poupança etc., apresentaram-se como parcelas regressivas, que contribuem para um coeficiente mais elevado em caso de pequeno aumento de participação.

Gráfico 3 – Progressividade das distintas fontes de renda para o coeficiente de Gini, Brasil, 2019-2022



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração própria.

Por fim, resta analisar a contribuição de cada uma das fontes de renda para a variação do coeficiente de Gini (Ver Tabela 4). As estimativas para cada uma das fontes de renda foram separadas em dois efeitos: o efeito-composição e o efeito-concentração. Entre 2019 e 2020, a queda da desigualdade se deve majoritariamente ao efeito-composição, cuja contribuição foi de 149,1%. A fonte de renda que mais contribuiu para essa redução foi a de outros programas sociais (inclusive Auxílio Emergencial), que respondeu por 194,5% da variação do índice, confirmando a importância desse programa para a redução da concentração de renda, como discutido anteriormente.

Tabela 4 – Decomposição da mudança no coeficiente de Gini do rendimento domiciliar *per capita*, segundo fontes de renda, Brasil, 2019-2022

Fontes de renda	2019-2020		Total
	Efeito-composição	Efeito-concentração	
Todos os trabalhos	5,4	-93,4	-88,0
BPC-LOAS	-2,5	-2,7	-5,2
Bolsa Família	-19,1	-0,5	-19,7
Outros programas sociais	156,1	38,3	194,5
Aposentadorias e pensões	0,0	11,6	11,6
Seguro-desemprego e seguro-defeso	0,8	0,1	0,9
Pensão e doação	-2,9	-3,0	-5,9
Aluguel ou Arrendamento	8,5	-0,9	7,6
Outros rendimentos	2,7	1,4	4,1
Total	149,1	-49,1	100,0

Fontes de renda	2020-2021		Total
	Efeito-composição	Efeito-concentração	
Todos os trabalhos	6,1	-27,1	-21,0
BPC-LOAS	-1,0	0,8	-0,2
Bolsa Família	-6,8	0,3	-6,5
Outros programas sociais	137,7	-17,2	120,5
Aposentadorias e pensões	-0,1	-4,5	-4,5
Seguro-desemprego e seguro-defeso	3,4	1,0	4,4
Pensão e doação	-0,6	0,4	-0,2
Aluguel ou Arrendamento	1,6	1,6	3,2
Outros rendimentos	3,3	1,1	4,4
Total	143,6	-43,6	100,0

Fontes de renda	2021-2022		Total
	Efeito-composição	Efeito-concentração	
Todos os trabalhos	0,4	69,0	69,4
BPC-LOAS	2,1	2,4	4,5
Bolsa Família	55,4	-5,2	50,2
Outros programas sociais	-28,1	-7,7	-35,8
Aposentadorias e pensões	-0,2	13,0	12,8
Seguro-desemprego e seguro-defeso	0,5	0,4	0,8
Pensão e doação	-0,1	1,0	0,9
Aluguel ou Arrendamento	-2,0	2,5	0,5
Outros rendimentos	-1,9	-1,4	-3,3
Total	26,1	73,9	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração própria.

O aumento da desigualdade de renda observada em 2021, segundo essas estimativas, também pode ser explicado pelo efeito-composição, sendo os outros programas sociais o maior responsável, explicando 120,5% da elevação do Gini. Como já discutido, quando o volume de recursos destinados aos programas de transferências de renda foi expressivo (AE somado ao PBF com valor médio mais alto), isto é, em 2020, a desigualdade reduziu-se. Quando essas políticas foram descontinuadas ou reduzidas (em volume de recursos e em número de beneficiários) a desigualdade voltou a subir. Esse processo foi reforçado pela ausência de uma recuperação no mercado de trabalho e de uma política de valorização real do salário-mínimo, que é piso para aposentadorias e para o BPC.

Já de 2021 para 2022, o que se observa é uma predominância do efeito-concentração (73,9%) para a queda do coeficiente de Gini. O efeito-composição, em 2022, explica apenas 26,1% da redução da concentração de renda. O que chama mais atenção é que, nesse período, observa-se uma maior relevância dos rendimentos do trabalho para explicar a queda da desigualdade, sendo responsáveis por 69,4% da variação do índice, o que é explicado, quase integralmente, pela queda na razão de concentração referente a essa parcela, dada sua elevada participação. A segunda fonte de renda que mais contribuiu, com 50,2%, para essa queda foi o Bolsa Família (ou Auxílio Brasil), que teve seu valor médio aumentado ao longo desse ano.

5. Considerações finais

A Covid-19, quando chegou ao Brasil, encontrou um país que enfrentava desafios significativos do ponto de vista da dinâmica econômica (lenta recuperação da atividade produtiva) e social (elevado nível de desigualdade de renda). As necessárias medidas de distanciamento social implicaram uma elevação expressiva da desocupação no mercado de trabalho, afetando principalmente os trabalhadores informais, e uma queda significativa da renda das famílias. Esse cenário de crise sanitária, econômica e social, somado às pressões da sociedade levou o governo a promover um conjunto de políticas para preservar o emprego e mitigar os efeitos negativos sobre a renda.

Os impactos negativos da pandemia sobre o mercado de trabalho e as medidas emergenciais para a preservação da renda, especialmente aquelas destinadas às camadas mais vulneráveis da sociedade, afetaram sobremaneira o nível e a evolução da concentração de renda corrente no país.

As estimativas para o coeficiente de Gini indicaram que a desigualdade assumiu uma trajetória errática entre 2019 e 2022. Os dados da PNAD Contínua indicam que a concentração de renda se reduziu em 2020, ampliou-se em 2021 e voltou a diminuir em 2022.

As duas abordagens adotadas no presente artigo permitem que se conclua que esse comportamento ocorreu em virtude das mudanças observadas no mercado de trabalho, e, principalmente, pela adoção de políticas sociais emergenciais, ora mais robustas (2020) ora insuficientes para dar uma resposta efetiva aos desafios impostos pela pandemia e pela lenta recuperação da atividade produtiva e do mercado de trabalho, que impactaram de forma expressiva a geração de renda (2021).

Mais que isso, as estimativas apresentadas permitem que se identifique três movimentos distintos da desigualdade de renda nesse período, quais sejam:

- 1) 2019-2020 – Queda da desigualdade decorrente de uma elevação da renda dos mais pobres (expansão da proteção social emergencial e permanente – Bolsa Família e Auxílio Emergencial) *pari passu* a uma queda da renda dos mais ricos, em um contexto de redução da massa de renda agregada.
- 2) 2020-2021 – Elevação da desigualdade decorrente de uma redução de forma mais expressiva da massa de renda dos mais pobres (interrupção brusca da política do Auxílio Emergencial no primeiro trimestre com sua retomada, no segundo trimestre, em volume e escopo reduzidos) *vis-à-vis* à queda da massa de renda observada para os mais ricos, em um contexto de perda generalizada de renda por todos os estratos sociais e, por consequência, em termos da massa de renda agregada.
- 3) 2021-2022 – Queda da desigualdade ocasionada pela elevação mais expressiva da renda dos mais pobres (expansão mais expressiva da renda oriunda do trabalho e da renda dos benefícios sociais não emergenciais – Bolsa Família/Auxílio Brasil) comparativamente à elevação da massa de renda dos mais ricos, em um contexto de expansão da renda em todos os estratos com recuperação da renda agregada.

De modo geral, percebe-se a reiteração de uma complexa estrutura social no Brasil, caracterizada por uma elevada concentração de renda, com parcela expressiva de sua população em situação de vulnerabilidade, que só percebe uma redução na distância que a separa dos estratos mais ricos por meio de políticas de proteção social que elevam sua renda e/ou por meio de elevação do nível de ocupação no mercado de trabalho.

Referências

- Chen T, Gozgor G & Koo CK (2021). Pandemics and Income Inequality: What Do the Data Tell for the Globalization Era? *Front. Public Health* 9:674729. DOI: doi.org/10.3389/fpubh.2021.674729
- Deaton, Angus. (2021). “COVID-19 and Global Income Inequality.” NBER Working Paper 28392, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA. DOI: DOI 10.3386/w28392
- Eurofound (2023). Economic and social inequalities in Europe in the aftermath of the COVID-19 pandemic, Publications Office of the European Union, Luxembourg. DOI: 10.2806/439913
- Ferreira, F. H. (2021). Inequality: In the time of COVID-19 all metrics are not equal when it comes to assessing the pandemic’s unequal effect. *Finance and Development*, 20-23.
- Furceri, D., Loungani, P., & Ostry, J. D. (2020). How Pandemics Leave the Poor Even Farther Behind. IMF blog.
- Furceri D, Loungani P, Ostry JD, Pizzuto P (2021). Will Covid-19 affect inequality? Evidence from past pandemics. *Covid Econ* (12):138–157. ISBN/ISSN: 9781513582375/1018-5941
- Galletta S, Giommoni T (2020). The effect of the 1918 influenza pandemic on income inequality: evidence from Italy. In: CEPR discussion papers 3791, C.E.P.R. discussion papers. DOI: 10.2139/ssrn.3634793
- Hoffmann, R. (2006). Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. *Econômica*, 8(1), p. 55–81. DOI: 10.22409/reuff.v8i1.34916
- Hoffmann, R. (2009). Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita, *Economia e Sociedade*, 18(1), p. 213-231. DOI: 10.1590/S0104-06182009000100007
- Hoffmann, R. (2013) How to measure the progressivity of an income component. *Applied Economics Letters*, 20, p. 328-331. DOI: 10.1080/13504851.2012.699181
- Hoffmann, R.; Botassio, D. C.; Jesus, J. G. (2019). *Distribuição de renda: medidas de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização*. São Paulo: Edusp. ISBN 13: 9788531417566

Hoffmann, R. & Jesus, J. G. (2022). A relevância do Auxílio Emergencial na redução da desigualdade em 2020. *Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, v. 4, e022001. DOI: 10.20396/rbest.v4i00.16072

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2015). Deflacionamento dos rendimentos do trabalho dos trimestres móveis da PNAD contínua (versão atualizada). *Nota técnica 2*. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/Notas_tecnicas/nota_tecnica_02_pnadc_mensal.pdf> Acesso em: 08 set. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2018). Anexo 3 – Esclarecimentos sobre o deflacionamento dos rendimentos anuais da PNAD Contínua. In: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. *Notas técnicas*, Versão 1.5. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101548_notas_tecnicas.pdf> Acesso em: 08 set. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2021). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021. *Estudos e Pesquisas – Informação demográfica e socioeconômica*, n. 44. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>> Acesso em: 08 set. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2022a). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022. *Estudos e Pesquisas – Informação demográfica e socioeconômica*, n. 49. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>> Acesso em: 08 set. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2022b). Pacote PNADcIBGE – Documentação de apoio para deflacionamento anual por visita. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Visita/Documentacao_Geral/PNADcIBGE_Deflator_Anual_Visita.pdf> Acesso em: 08 set. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2023). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, Rendimento de todas as fontes 2022. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102000_informativo.pdf> Acesso em: 01 jun. 2023.

Lerman, R. I.; Yitzhaki, S. (1985). Income inequality effects by income source: a new approach and applications to the United States, *The Review of Economics and Statistics*, 67(1), p. 151-156. DOI: 10.2307/1928447

Lustig, N., Pabon, V. M., Sanz, F., & Younger, S. D. (2020). The impact of COVID-19 lockdowns and expanded social assistance on inequality, poverty and mobility in Argentina, Brazil, Colombia and Mexico. *Covid Economics, Vetted and Real-Time Papers*, 46, 32-67. Disponível em: <https://www.cgdev.org/publication/impact-covid-19-lockdowns-and-expanded-social-assistance-inequalitypoverty-and-mobility>

Mahler D. G., Yonzan N., Lakner C. (2022). The Impact of COVID-19 on Global Inequality and Poverty, Policy Research Working Papers No. 10198, Washington, DC: World Bank. DOI: 10.1596/1813-9450-10198

Menezes-Filho, N., Komatsu, B. K., & Rosa, J. P. (2021). Reducing poverty and inequality during the Coronavirus outbreak: the emergency aid transfers in Brazil. *Policy Paper*, 54.

Narayan, A., Cojocaru, A., Agarwal, S., Bundervoet, T., Davalos, M., et al. (2022). COVID-19 and Economic Inequality: Short-Term Impacts with Long-Term Consequences. Policy Research Working Paper No. 9902. World Bank, Washington, DC. URI: <https://hdl.handle.net/10986/36848>

Neri, M. (2021). Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia. FGV Social. Rio de Janeiro.

Sayed, A., & Peng, B. (2021). Pandemics and income inequality: a historical review. *SN Business & Economics*, 1, 1-17. Disponível em: <https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>

Stantcheva, S. (2022). Inequalities in the Times of a Pandemic. *Economic Policy*. Volume 37, Issue 109, January 2022, Pages 5–41, DOI: 10.1093/epolic/eiac006

Trovão, C. J. B. M., & Leite, F. P. (2020). Desigualdade de renda em tempos de pandemia: uma análise da decomposição do índice de Gini a partir da PNAD Covid19. *Brazilian Keynesian Review*, 6(2), 313-327. DOI: 10.33834/bkr.v6i2.239

Yackovlev, I., Murgasova, Z., Liu, F., Minasyan, G., & Wang, K. (2020). How to Operationalize IMF Engagement on Social Spending during and in the aftermath of the COVID-19 Crisis. IMF How To Notes, 2020(002). ISBN/ISSN:9781513556048/2522-7912